

COSTUMES, *HABITUS* E ESTRATIFICAÇÃO: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DA APROPRIAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS ELITIZADOS

Fábio Gomes de França¹

RESUMO

Neste *paper*, pretende-se analisar como os comportamentos e hábitos sofreram e sofrem modificações atreladas ao conceito de civilização proposto por Elias. Ampliar-se-á a visão de civilidade dos costumes através do conceito de *habitus* em Bourdieu, para mostrar que o desenvolvimento de maneiras corporais e condições mentais e afetivas estão condicionados a uma constante luta que envolve capitais econômicos e não-econômicos. Por fim, traçar-se-á uma aproximação entre os dois autores no tocante a como esses padrões de etiqueta abordados estão imersos numa dinâmica de apropriação de uma classe que se vê como elitizada em detrimento de outra vista como não elitizada, respeitados os elementos teóricos próprios a cada autor.

PALAVRAS-CHAVE: Costumes; civilização; *habitus*; classes.

INTRODUÇÃO

O processo de civilização empreendido pelos principais Estados Nacionais europeus (Alemanha, França, Inglaterra), que consolidou uma visão europeizada principalmente no mundo ocidental, reflete a implantação de modos culturais de ser para diversos povos. Esse processo é aqui analisado sócio-historicamente sem querer determinar o seu alcance, mas de forma a destacar como elementos vinculados aos padrões de etiqueta das aristocracias reinantes na Europa medieval e moderna serviram para sedimentar a ideia de civilização. Além disso, mesmo sem ter sido algo pensado, esse processo desencadeou uma estrutura social presente a partir da interdependência que os indivíduos estabelecem entre si.

Assim, o processo civilizador não só regimentou a sua própria estruturação, mas propiciou no desenvolvimento de sua lógica uma estratificação social voltada para a apropriação de regras de conduta que passou a distinguir as pessoas entre aquelas que merecem possuir comportamentos elitizados e as que não. A visão do teórico alemão Norbert Elias foi fundamental para se estabelecer uma compreensão adequada desse fenômeno social, e a ampliação desse quadro foi alicerçada aqui com base nos pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu. A partir do conceito de *habitus* bourdieusiano, cria-se a possibilidade de entendimento de uma continuidade na apropriação dos costumes, tanto para servir de

¹ Doutorando em Sociologia pela UFPB. E-mail: lillehammer@bol.com.br

elemento estruturante para a conformação da civilização, como para enxergar as estratificações de classe contemporaneamente postas.

Nessa aproximação, endossamos que será mostrado com o suporte teórico eliasiano a evolução sócio-histórica dos costumes principalmente entre os séculos XVI e XVIII, e a apropriação e disseminação dessas atitudes internalizadas como regras de etiqueta entre a aristocracia de corte especialmente num país como a França. A abordagem se amplia com uma visão de continuidade de padrões de comportamento a partir do conceito de *habitus* em Bourdieu, sendo os costumes percebidos como gostos que geram estilos de vida. A análise é aprofundada ao se reiterar a visão de estratificação com base na posse de hábitos e valores cortesões, que adquirem formas contemporâneas de existência, já que o processo de civilização sofre modificações sem perder as suas principais características.

Por fim, nas considerações finais, mostrar-se-á a apreensão sintética dos objetivos traçados para esta pesquisa, dada a complexidade do tratamento histórico do assunto em pauta, mas que não nos privou de uma apreciação lógica centrada não só no caráter histórico do tema, mas principalmente de acordo com a perspectiva sociológica.

1. A APROPRIAÇÃO DOS COSTUMES COMO LEGITIMAÇÃO ESTRATIFICADORA NO PROCESSO DE CIVILIZAÇÃO

O desenvolvimento do conceito de civilização proposto por Norbert Elias está atrelado às percepções culturais apreendidas pelo povo europeu, neste caso, em particular, alemães, franceses e ingleses, numa “evolução” sócio-histórica que colocou como foco uma visão ocidentalizada de padrões a serem seguidos e copiados. A análise depreende-se da dicotomia estabelecida entre os diferentes estratos sociais no período específico de transição em que, na era medievá, estabeleceram-se costumes que se transformaram ao longo do tempo. A oposição caracteriza-se de forma particular dentro de delimitações espaciais próprias, dadas as características de cada povo, que estavam buscando suas identidades e formas de ser.

Torna-se importante destacar a compreensão específica de termos como *kultur* (na Alemanha) e *civilisation* (na França). O primeiro diz respeito à tentativa interna, territorialmente estabelecida, de consolidar a maneira de o povo alemão usar e confluir modos de existência em vários campos sociais, em especial no que tange à língua – para se libertar da

influência do idioma francês – e à visão intelectualizada da *intelligentsia* em querer produzir processos culturais que pudessem se transformar em comportamentos compartilhados por toda a coletividade. Por outro lado, a noção de *civilisation* denota uma exterioridade impositiva, na tentativa de mostrar a superioridade de costumes e hábitos socialmente produzidos.

Mas, esses processos implementados na sociedade alemã e francesa, em especial, tiveram suas próprias fragmentações internas, gerando uma estratificação que fez com que grupos específicos legitimassem suas visões de mundo, as quais eram corporificadas e internalizadas, gerando autocontrole e pertencimento a uma “classe” considerada superior pelas maneiras adotadas no cotidiano.

Na Alemanha, a burguesia mediana (*intelligentsia*) lutava pela nacionalização de um povo dividido em muitas regiões. A literatura e a filosofia foram elementos centrais na propagação de um conhecimento de caráter identitário, enquanto a aristocracia feudal negava qualquer aproximação cultural com indivíduos que não possuíam maneiras cortesãs de atuar num mundo social de privilégios e de *status quo* dignificados pela tradição. Nessa perspectiva, Goethe e

Mérimée (*Apud* ELIAS, 1994, p. 45) destacaram que “na Alemanha não podemos ter esperança de produzir obra tão madura em idade tão jovem. Isto não é culpa do indivíduo, mas do estado cultural da nação e da grande dificuldade que todos experimentamos em, sozinhos, abrir caminho”.

Percebe-se, portanto, um embate de “classes” na Alemanha medieval, onde esse subdesenvolvimento da classe burguesa mais ampla é uma das razões por que a luta da classe média contra a classe cortesã é dirigida contra a conduta dessa última, que possuía características humanas gerais como “superficialidade”, “polidez de fachada”, “insinceridade” (ELIAS, 1994, p. 45). Ao contrário, a França vê sua aristocracia e sua burguesia imbricarem elementos culturais e influenciarem-se reciprocamente. Essa relação de troca simbólica dos costumes desenvolve o senso político que irá ajudar o povo francês nas suas modificações político-sociais, ao contrário dos alemães, que estavam mais preocupados em manter os comportamentos elitizados próprios da classe cortesã.

O que tem de ser ocultado na vida cortesã, todos os sentimentos e atitudes vulgares. Gente de baixa posição social, que para esta classe significa também caráter vil, nela não tem lugar. Sua forma é clara, transparente, precisamente regulada, tal como a etiqueta e a vida cortesã em geral (ELIAS, 1994, p. 34).

Descortina-se, por essa lógica, uma estratificação social promovida pela imposição e reconhecimento dos costumes cortesões como o exemplo de nobreza, educação e de superioridade mediante outros segmentos sociais. Por outro lado, urge o descontentamento da *intelligentsia* (a classe média alemã), que condenava os valores aristocráticos vinculados à corte, já que os mesmos não proliferavam pensamentos políticos no meio social que pudessem organizar uma identidade puramente alemã, onde essa era influenciada por elementos culturais provindos dos franceses.

Na França, a mistura de costumes entre as classes, gerando o movimento político de mudanças, cria uma unicidade cultural que se desenvolve dentro da concepção civilizatória. A civilidade herdada dos costumes transforma-se num processo maior: a civilização. Essa estruturação conceitual é internalizada e naturalizada a partir dos comportamentos e atitudes do povo francês, que passa então a buscar proliferar esse modo civilizado de existência para aqueles que estão distantes dessa lógica. Desenvolve-se, pois, uma concepção de progresso, a partir do que se passa a entender por civilização, que acabará por se estruturar concomitante a outros fenômenos desenvolvidos no mundo europeu como o capitalismo, a técnica

aliada à ciência, a industrialização e a urbanização das cidades. Nessa sociedade em ascensão, com um novo modelo de produção em transformação, consolida-se uma dimensão política que subsidia o surgimento dos Estados Nacionais europeus.

Elias (1994) nos mostra que o desenvolvimento da civilização ocidental amplia-se através do autocontrole corporal que se naturaliza entre o medievo e os séculos posteriores. Esse processo inicia-se a partir de observações costumeiras apreendidas pelas cortes aristocráticas dos principais regimes feudais europeus. A etiqueta corporal, com o fito de imprimir uma conotação de respeito ao outro, para lhe privar de uma situação constrangedora, vincula-se aos mais diversos âmbitos da vida, do particular ao coletivo. A disposição à mesa é um bom exemplo dessa dinâmica social que servirá de suporte para o estabelecimento do regime civilizatório.

Essa conjuntura ratifica a análise de que os costumes da civilização ocidental foram alicerçados a partir do momento que classes específicas, nos principais Estados europeus, viram-se como detentoras de uma hegemonia simbólica no trato dos comportamentos corporais e condições psicológicas de seus indivíduos, legitimando a elitização de modos

específicos de como se portar, pois aqueles que assim não procedessem eram considerados incivilizados.

Esse processo, que deve ser analisado levando-se em consideração sua “longa duração”, pode ser compreendido, em seu pleno desenvolvimento, na exposição teórica de Elias sobre a sociedade de corte. Nesse estudo, Elias (2001) retrata sócio-historicamente as configurações que garantiram a perpetuação das relações sociais entre os indivíduos que viviam na corte. O autor visualiza principalmente a corte francesa de Luis XIV, onde o cerimonial real e os comportamentos vinculados à etiqueta legitimavam a existência e a hierarquização sociais. Essas relações, que na corte aristocrática alcançaram o seu ápice, alicerçavam-se na constante regulação dos modos e na pressão exercida na maneira de portar-se que os membros da corte criavam sobre si mesmos. Era necessário conviver com a imposição constante de regras de etiqueta sobre si, com o intuito de mostrar aos olhares dos outros a capacidade de pertencer ao círculo distinto dos nobres que conviviam em torno da figura máxima do rei. A riqueza baseada no ganho econômico era vista como condição inferior pertencente aos profissionais burgueses, pois a corte buscava prestígio e poder através da

ostentação e da exuberância em todas as esferas do convívio social. O luxo era mecanismo de distinção desde a arquitetura dos castelos, à decoração dos ambientes, às vestimentas dos nobres, enfim,

A elaboração meticulosa da etiqueta, do cerimonial, do gosto, das vestimentas, da atitude e até da própria conversa tinha a mesma função. Cada detalhe constituía, então, uma arma na luta por prestígio, de modo que elaborá-los não servia somente para a representação ostentatória e para a conquista de maior status e poder, para a segregação em relação aos de fora, mas também marcava mentalmente as distâncias entre os membros da sociedade (ELIAS, 2001, p. 126)

Nesse contexto, a apreensão e desenvolvimento de maneiras específicas que criavam uma identidade de classe podem ser observados em várias obras de etiqueta que foram lançadas, em especial, a partir do período renascentista (Erasmus, Castiglione, Della Casa), numa preocupação inicial de desenvolver valores sociais nutridos por regras de conduta que encontraram maiores espaços em países como a França e a Itália. Mas essa dinâmica consolidou-se paralelamente através da preocupação das pessoas em moldarem-se umas em relação às outras como também pela apropriação de costumes por uma determinada classe em detrimento de outra. Essa lógica de classe desenvolveu-se ao longo do tempo, através de condicionamentos ligados a características específicas – os hábitos

cortesões - que faziam os indivíduos vivenciarem seus modos de existência sem terem pleno conhecimento das condições que os faziam agir e pensar de acordo com essas estruturações. Por esse viés, Elias (1994) situa historicamente entre os séculos XVI e XVIII essas mudanças e nos diz que,

Forçadas a viver de uma maneira em sociedade, as pessoas tornam-se mais sensíveis às pressões das outras. Não bruscamente, mas bem devagar, o código de comportamento torna-se mais rigoroso e aumenta o grau de consideração esperado dos demais. Em conjunto com as novas relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente (p. 91).

Ocorre, portanto, um processo de mudanças gradativas que faz os indivíduos interiorizarem hábitos que são exteriorizados pelos gestos corporais e que os forçam a se comportarem levando-se em consideração o olhar do outro. Em meio a essa formatação social entre as eras medieval e moderna, modelos são impostos criando códigos sociais que devem ser apreendidos para que as relações coletivas se harmonizem, mas sem esquecer que essa demarcação moral tinha a corte como espaço criador das novas atitudes. E mesmo havendo trocas sociais de indivíduos entre os segmentos estabelecidos como classes nesse período, a própria dinâmica interna e externa das relações simbólicas acabavam por

reproduzir a estratificação necessária para a manutenção dos padrões de diferenciação, fazendo surgir assim uma nova aristocracia em meio às mudanças.

Por esse viés, podemos dizer, segundo Elias (1994), que o processo civilizador diz respeito às pressões que os indivíduos passaram a impor a si mesmos para adequarem seus comportamentos internalizando modos próprios de comportarem-se nas mais variadas situações de suas existências. Podemos entender essa concepção sobre o conceito do que vem a ser o processo civilizador ao reportarmos-nos à teoria do jogo esboçada por Elias, a qual enseja a compreensão das relações de poder entre os indivíduos e grupos na sociedade, além do próprio conceito do que vem a ser a sociedade. Falamos, pois, da concepção das relações que os indivíduos estabelecem entre si a partir da interdependência recíproca e dos laços de interconexão entre as diferentes posições que assumem no meio social. Nesse sentido, segundo Elias (2008), os indivíduos – “jogadores” – assumem caminhos que não foram antecipadamente planejados ou pensados por nenhum deles, mas o desenrolar do “jogo” acaba por influenciar de forma constante as atitudes individuais de todos os participantes. Assim, o processo civilizador pode ser

entendimento, no que tange ao seu desenvolvimento, como o modelo em que

O processamento do jogo adquire uma autonomia relativa quanto a planos e intenções de qualquer dos jogadores individuais que, através das suas acções, criam e mantêm o jogo. Isto pode ser expresso dizendo-se que o decurso do jogo não está no poder de qualquer jogador. O reverso da moeda é que o decurso do próprio jogo tem poder sobre o comportamento e pensamento dos jogadores individuais, uma vez que as suas acções e ideias não podem ser explicadas e compreendidas se forem consideradas em si mesmas; precisam ser compreendidas e explicadas no interior da estrutura do jogo. O modelo mostra-nos como a interdependência das pessoas enquanto jogadores exerce coacção sobre cada um dos indivíduos que estão ligados deste modo; a coacção radica na natureza particular da sua relação e dependência enquanto jogadores (*Ibidem*, p. 104).

Essas ligações recíprocas, quando observadas na sociedade de corte, dizem respeito a uma lógica social ancorada por uma forma de racionalidade específica às interrelações mantidas nos estratos aristocráticos, sem delegar a origem do processo civilizador à ação individual das pessoas que estavam envolvidas nessa interdependência. Essas interações desenvolviam-se por meio de elos de proximidade (inclusive mediante conflitos) e, com as transformações que passaram a mudar o quadro social com a ascensão burguesa, os conjuntos de interdependência entre os indivíduos tornaram-se cada vez mais complexos, o que culminou com a fragmentação da monarquia absolutista e

estabeleceu o Estado-moderno como nova realidade política. Nessa apreciação, destaca-se o fato de que a análise desses processos de longa duração, nos termos de Elias, deve levar em conta o comportamento humano de acordo com a realidade social vigente dada a diferença da realidade cortesã e a do mundo burguês. No entanto, “a primeira é um estágio anterior e uma condição da segunda em termos de desenvolvimento. Comum a ambas é a preponderância de concepções de longa duração sobre as emoções imediatas quando se trata de controlar o próprio comportamento” (ELIAS, 2001, p. 109).

2. OS COSTUMES NUM PROCESSO DE CONTINUIDADE: DE ELIAS A BOURDIEU

Para ampliar a abordagem da apreensão histórica aqui pretendida, percebe-se que, contemporaneamente, a visão configuracional de Elias sobre as relações entre os indivíduos desperta a análise que enxerga o processo civilizador – de origem ocidentalizada – como uma estruturação que oculta suas infiltrações e que a torna uma condição emergente para tecer o desenvolvimento das relações promovidas entre os indivíduos no meio social. Essa dinâmica encontra-se em

constante mutação, mas acaba por reproduzir condições de estratificação em momentos específicos, dadas as conexões e desempenhos entre os indivíduos e o fluxo que norteia as estruturas sociais. Desse modo, “por meio do questionamento acerca da estrutura da sociedade de corte, temos acesso, indiretamente, a um entendimento mais abrangente da nossa própria sociedade profissional-burguesa-urbana-industrial” (ELIAS, 2001, p. 65).

Começa-se, então, de acordo com essa permanência em meio a mudanças a perceber-se que, ao tempo de conformação das estruturas sociais, também acontece dessas estruturarem comportamentos que acabam elitizando condições favoráveis para indivíduos que passam a serem vistos de forma diferenciada em relação a outros que não têm acesso aos modos de apropriação das atitudes que carregam a marca da distinção. Passa a se estabelecer, dessa forma, um jogo social historicamente disposto que implementa modificações, mas que não perde suas características principais no que diz respeito à apropriação de elementos materiais e simbólicos. Elias (1994, p. 115) percebe essa construção e, segundo ele, a compulsão para uma conduta refinada à mesa pressiona constantemente na mesma direção, na de um novo padrão de maneiras à mesa. Claro que não só etiquetas à mesa

foram observadas pelo autor, mas suas considerações sobre os costumes foram amplas, indo além das minúcias sobre como portar-se no ato de comer até os comportamentos entre os sexos, a hábitos como escarrar e assoar.

As modificações implementadas para velhos hábitos segue um rumo que faz o processo civilizador iniciado pelas principais nações europeias em ascensão, a partir do medievo, ganhar uma logicidade com aspectos culturais que passaram a ser vistos como consolidados. A tônica central passou a ser a civilização dos incivilizados: novos povos que surgem com a descoberta de novas terras. Assim, dentro da percepção de que um padrão foi estabelecido, o século XVIII promove uma modificação em relação aos séculos precedentes, principalmente devido à aparição de um sistema regulador das disposições materiais da sociedade, que acaba por refletir indubitavelmente nas relações culturais:

O refinamento da conduta diária nunca perde de todo, nem mesmo neste período, sua importância como instrumento de diferenciação social. Mas, desde essa fase, não desempenha o mesmo papel que na fase precedente. Mais do que antes, o dinheiro torna-se a base das disparidades sociais. E o que as pessoas concretamente realizam e produzem torna-se mais importante que suas maneiras (*Ibidem*, p. 115).

Por esse escopo, para clarificar a nossa análise, agora voltada para a

realidade existente no mundo capitalista, burguês e industrial que eclodiu a partir do século XVIII, voltamo-nos para as explicações de Bourdieu sobre como a sociedade organiza seus padrões de segmentação e diferenciação. Essa visão complementa a compreensão de um processo global que foi conceituado de civilização. Com uma visão similar sobre a elitização de comportamentos e maneiras de ser, mas dentro de suas especificidades, Bourdieu também observa, assim como Elias, um elemento estruturador que objetiva os costumes para fazer com que esses, através da incorporação de disposições necessárias pelos indivíduos, acabem se refletindo no meio social com um papel estruturante através da homologia de comportamentos dos agentes sociais. De forma enfática, o próprio Bourdieu nos legou o comentário sobre aproximações teóricas com o pensamento de Elias, só que, deixou claro o papel secundário do caráter histórico de suas considerações:

Sinto-me mais próximo de Norbert Elias, mas por outras razões. Não tenho em mente o Elias das grandes tendências históricas, do “processo de civilização” etc., mas, antes, aquele que, como em *La société de cour*, capta mecanismos ocultos, baseados na existência de relações objetivas entre os indivíduos. A corte, tal como Elias a descreve, é um belíssimo exemplo do que chamo um campo em que, como num campo gravitacional, os diferentes agentes são arrastados por forças insuperáveis, inevitáveis, num movimento perpétuo, necessário para manter as

hierarquias, as distâncias, os afastamentos (BOURDIEU *apud* MARQUI JR., 2007, p. 7).

Por um padrão aproximado de apreensão com as relações de configuração eliasianas, Bourdieu percebe que os gostos e costumes surgem nas relações que são estabelecidas entre os indivíduos em sociedade, mas através de escolhas que ocorrem mediante uma autonomia exercida pelo *habitus*, visto que se trata de disposições que duram e que surgem devido a um processo de estruturação advindo do meio social, que o autor denomina de “campo”. Assim, Bourdieu (2009) nos delega o conceito de *habitus* que seriam,

Sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expreso das operações necessárias para alcançá-los (p. 87, grifo do autor).

Ao mesmo tempo, depois de incorporadas, essas disposições são direcionadas para os diversos campos que existem em sociedade agindo como elementos estruturantes, visto que as ações, comportamentos, pensamentos e sentimentos dos agentes sociais acabam sendo levados ao meio social para que as relações se concretizem. Nessa

perspectiva, os campos funcionam como palcos de disputa pela manutenção e perpetuação dos elementos que possam manter a distinção entre possuidores e não-possuidores dos diversos “capitais” que estruturam a lógica desses espaços a partir da ação voluntária, mas ao mesmo tempo condicionada nas pessoas.

Dentro dessa lógica, Bourdieu (2007) destaca o “gosto” como fator importante para se entender a conexão entre *habitus* e campo. O gosto passa a ser entendido como a escolha e preferência de qualquer indivíduo por tudo que possa ser utilizado na implementação das atuações sociais, tanto coletivas como individuais. A utilização tanto de elementos materiais como simbólicos perpassam pela vontade dos agentes em gostar de algo, pois “é a partir da relação da capacidade de produzir práticas e obras classificáveis e de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto) é que se constitui o mundo social *representado*, ou seja, o *espaço dos estilos de vida* (BOURDIEU, 2007, p. 162, grifos do autor).

Percebe-se, por esse enfoque, que os estilos de vida surgem com o desenvolvimento de gostos específicos de acordo com o papel que cada um engendra na sociedade. Só que Elias já havia nos alertado que a apropriação de determinados costumes não deixava espaços para uma

compreensão plena por aqueles que desenvolvem esses comportamentos, pois uma lógica de estratificação se articula a partir da percepção que cada agente social passa a adotar disciplinando esteticamente, de forma interna, seus padrões de conduta. No mundo cortesão, a aristocracia via na manutenção dessas diferenciações psicológicas externalizadas no trato do corpo com padrões de etiqueta uma maneira de melhorar a relação cotidiana entre seus membros, o que gerava impreterivelmente, por conta das atitudes estabelecidas, uma classe diferenciada.

Em Bourdieu, os gostos externalizados como vontades autônomas também ocultam dos indivíduos a estruturação que consolida essa permanência de disposições específicas. O que ocorre, na verdade, é uma luta constante entre os indivíduos pela apropriação de capitais específicos, que quando não materiais, podem ser simbólicos e culturais. Assim, mesmo desenvolvendo certos costumes e inclusive tendo a capacidade de classificá-los de acordo com a percepção que possuem do mundo no qual estão inseridos (campos), os agentes sociais estão atrelados a uma lógica desigual de posse, onde seus hábitos e comportamentos apenas reproduzem a manutenção da desigualdade. Nesse caso, as diferenças são naturalizadas de forma

sub-reptícia pela dinâmica de um poder² que surge pelo fato de todos que se localizam nos variados campos sociais terem suas condições psicológicas e corpóreas atreladas a uma história que determina o presente e predispõe um futuro imediatizado.

Os estilos de vida, que Elias identificou como costumes na sociedade aristocrática de corte, assumem outras conotações na contemporaneidade, visto que a complexidade nas “configurações” atuais acontece numa imbricada e múltipla rede de funções assumidas pelos indivíduos em contraponto aos processos de mudança dos séculos anteriores percebidos por Elias. Só que essa forma atual de dispor os elementos que estruturam o meio social e que também legitima as desigualdades desse próprio meio evidencia o fato de que, gostar de algo, enquanto um estilo de vida, é uma prática condicionada e condicionante. É uma sistematização de percepções individuais que se tornam um conjunto de combinações que estabelecem um padrão organizado, fazendo os indivíduos perceberem-se como pertencentes a um determinado grupo ou classe.

O gosto, propensão e aptidão para a apropriação – material e/ou simbólica – de determinada classe de objetos ou de

práticas classificadas e classificantes é a fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida, conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem – mobiliário, vestuário, linguagem – a mesma intenção expressiva (BOURDIEU, 2007, p. 165).

Foi com o intento de explicar sociologicamente a dinâmica da apropriação desses estilos de vida traduzidos na escolha pelo gosto que Bourdieu nos legou, em sua obra “A distinção”, dados estatisticamente relevantes sobre as diversas classes sociais que se traduzem na maneira pela qual os indivíduos comportam-se e legitimam práticas desempenhadas por eles mesmos. Nesse estudo, diversos campos da vida social foram analisados de acordo com a perspectiva teórica bourdieusiana no tocante à relação estrutural-estruturante entre *habitus* e campos e à luta engendrada por capitais específicos, indo para além da disputa por ganhos econômicos. Visualiza-se, pois, hierarquias sociais corporalmente articuladas e exteriorizadas mediante a crença dos indivíduos em suas escolhas pessoais e voluntárias. O que decorre, na verdade, das estruturações historicamente encetadas nas vidas das pessoas em seus campos específicos de atuação em homologia com outras que usufruem das mesmas condições.

3. ESTRATIFICAÇÃO E MODOS DE SER NUM MUNDO “CIVILIZADO”

² Nesse caso reportamo-nos ao conceito de poder simbólico, de acordo com Bourdieu (2007b).

A elitização, ou a maneira que determinados grupos de pessoas, ou classe de indivíduos, conseguem enxergar seus próprios comportamentos e atitudes como sendo superiores a outros que não adotam esses preceitos exige um olhar atento para enxergarmos a estruturação que se impõe nas relações sociais. Num dito mundo civilizado, o próprio processo civilizatório não foi planejado, mas seu aparecimento criou maneiras de pensar e de agir, além de promover uma estratificação que disseminou maneiras de existência de um grupo para outros, como se fossem modelos a serem seguidos para direcionar uma sociedade melhor e esteticamente mais organizada.

Elias (1994) nos mostra que padrões de etiqueta eram bem delineados em manuais específicos de disciplinamento estético para com o corpo como, quando ele nos diz que, sobre as maneiras de agir à mesa: “Não conserve sempre a faca na mão, como fazem camponeses, mas pegue-a apenas quando dela precisar” (p. 105). Essa distinção dos modos de agir era clara nesses livros, mas o importante é perceber a maneira explícita de como esses códigos evidenciavam o distanciamento entre aqueles que deviam necessariamente adquirir esses hábitos e os que serviam de referência negativa como não possuidores de tais predileções:

É sempre educado usar o garfo para levar carne à boca, pois o bom tom não permite que se toque com os dedos qualquer coisa gordurosa. Se alguém faz isso, não pode deixar de cometer depois várias incivildades [...] o que não é permitido a pessoas refinadas, bem-nascidas (*Ibidem*, p. 106, grifo do autor).

As pessoas bem nascidas estavam categorizadas, entre os séculos XVI e XVIII, destacadamente os jovens, como aquelas que iriam ter a chance de participar da sociedade de corte. Era para a aristocracia de corte que os tratados de boas maneiras eram escritos, visto que essa “classe social” era detentora de novos padrões de comportamento que exigiam refinamento e boas maneiras. Giddens (2002) amplia essa compreensão e assevera que “hábitos de comer são exibições rituais em si mesmos, mas também afetam a forma do corpo, talvez indicando alguma coisa sobre a origem do indivíduo e sobre uma certa autoimagem que ele ou ela cultiva” (p. 63). Elias (1994) ainda acrescenta que, “ao fim do século XVIII, pouco antes da revolução, a classe alta francesa adotou mais ou menos o padrão à mesa, e certamente não só este, que aos poucos seria considerado como natural por toda a sociedade civilizada” (p. 113).

Mas, a uniformização dos padrões aristocráticos posteriormente compartilhados por toda a sociedade dita civilizada contemporaneamente não deixou de efetuar suas coerções vinculadas a

classes específicas, não fugindo, portanto, de uma estratificação que se modifica historicamente. Bourdieu nos traça uma noção mais atual e, Elias (1994), em sua análise, já argumentava sobre como, num estudo posterior, poderiam ser observadas mudanças de comportamento, sem, no entanto, deixarem de existir heranças de um processo em andamento. Elias não amplia a discussão para o campo atual das segmentações, visto que a própria sociedade civilizada, neste caso, o mundo europeu, já tinha atingido a “civilização”, tendo agora que civilizar outros povos, mas não deixa de perceber que,

Novos imperativos são acrescentados, relaxam-se outros antigos, emerge uma riqueza de variações nacionais e sociais, e se constata a infiltração na classe média, na classe operária e no campesinato do ritual uniforme da civilização. Mas a base essencial do que é obrigatório e do que é proibido na sociedade civilizada – o padrão de técnica de comer, a maneira de usar a faca e outros utensílios – permanecem imutáveis em seus aspectos essenciais (*Ibidem*, p. 113).

Vê-se que, em Bourdieu, o processo de proliferação dos costumes, que para ele passou a ser entendido como estilos de vida, concretizados pelo gosto por elementos materiais e culturais, e que são determinados pela incorporação do *habitus*, infiltra-se nos locais em que Elias não estendeu seu pensamento em sua obra primeira sobre o processo civilizador. Decorre desse fato a lógica de manutenção

de uma estratificação de classes mediante a aquisição de comportamentos e atitudes, agora não mais voltados apenas para etiquetas, mas para um conjunto de elementos surgidos com a evolução histórica, e que não deixam de terem suas bases fundadas nos usos e costumes dos séculos anteriores.

Alimentação, vestuário, lazer, veículos, gestos, maneiras de falar e comportar-se, aquisição de objetos e mercadorias, consumo de obras artísticas, práticas esportivas, enfim, Bourdieu (2007a) esclarece como os gostos mantêm os estilos de vida das novas classes societárias e como, dentro desses padrões estabelecidos, uma dialética se reforça a partir da aquisição e usufruto de todos os gostos. Assim, percebe-se que, dentro de campos específicos, se delimitam classes dos que possuem o acesso e a posse de bens materiais, culturais e estéticos que determinam maneiras elitizadas de manter ideais de existência, e os que não possuem esses bens, tendo acesso a outros considerados de baixa “qualidade” e que despertam condutas próprias de uma classe “inferior” na lógica dos campos. Na classificação que estabelece para distinguir o gosto entre as diferentes classes sociais, Bourdieu refere-se às classes das profissões liberais ou dos quadros superiores como aquelas que se orientam

para o “leve, delicado, requintado” (2007a, p. 176), em contraposição ao gosto popular, caracterizado pela predileção ao “pesado, gorduroso e grosseiro”. Nessa oposição incide a consequência de que, sobre os estratos superiores citados a melhor condição econômica vinculada ao aumento das censuras sociais passa a proibir a grosseria para que a distinção e a finura tornem-se importantes.

Ademais, para Bourdieu (2007a), a representação do antagonismo de classes se dá mediante a prática dos gostos de luxo (ou de liberdade) e gostos de necessidade. Os primeiros são próprios dos indivíduos que possuem as condições de acesso aos bens materiais e simbólicos e que estão distanciados dos mecanismos de necessidade; eles garantem o acesso aos capitais próprios de seu campo. Os segundos dizem respeito aos indivíduos que realizam suas vontades atreladas à necessidade de realizá-las, distanciando-se da liberdade de escolha, mesmo que numa percepção bourdieusiana a liberdade seja uma condição estruturada vinculada ao *habitus*. Portanto, assim como a aristocracia de corte seguia costumes específicos (os padrões de etiqueta), para denotar sua nobreza como modo de ser, condições que eram exteriorizadas através da corporeidade, Bourdieu (2007a) afirma que,

A propósito das classes populares, seria possível falar de comer sem formalidades, do mesmo modo que se diz falar sem papas na língua. A refeição é colocada sob o signo da abundância. São preparados pratos “elásticos” e “em fartura”. Ao “comer sem formalidades” popular, a burguesia opõe a preocupação em comer nos *conformes*. Nunca se deve dar a impressão de precipitar-se sobre a comida. A pessoa deve proceder com discrição (p. 185-186, grifo do autor).

Ao destacar ainda as condições sociais voltadas para o cerimonial à mesa e ao ato de alimentar-se no mundo burguês, depreende-se que “a maneira de apresentar a alimentação e de consumi-la, a etiqueta orientando a conduta, a maneira de servir ou de se servir, o próprio requinte das coisas consumidas” (*Ibidem*, p. 187), tornam-se as marcas sociais distintivas que passam a diferenciar os que usam esses atributos dos que privilegiam satisfazerem-se pelo imediato consumo alimentar. Além disso, quando da mudança das disposições distintivas e com o acesso das classes dominadas às práticas consideradas próprias às classes dominantes, articulam-se outras formas de segmentação. Como exemplo, sobre as práticas desportivas, era comum à aristocracia, para conformar seu modo esnobe de representar-se socialmente, estar voltada, para esportes como o futebol, o rúgbi, a luta ou o boxe, isso no surgimento dessas modalidades na França. Só que, com a popularização de tais práticas, com a “vulgarização” das mesmas, “deixaram de ser o que eram em

relação à realidade e à percepção que os dominantes tinham a seu respeito” (BOURDIEU, 2007a, p. 203).

Dessa forma, percebe-se uma consolidação de sistemas de classificação hierarquizados que constroem uma lógica de representação social que se oculta, naturalizando uma segmentação que historicamente apresenta modificações, manutenções e deslocamentos. O que se percebe é que o propósito dessa dinâmica estabelece dicotomias na apropriação de costumes e gostos que acabam por elitizar essas mesmas apropriações, em favor de classes consideradas superiores.

Num contexto sócio-histórico, pode-se dizer que o processo civilizador gerado no mundo ocidental ainda se mantém firme, através da disseminação de novos modos de existência e do recuo de outros, mas sem deixar de gerar, enquanto uma condição estruturante, particularidades que o estruturam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão histórica empreendida por Norbert Elias sobre o desenvolvimento e consolidação do processo de civilização do mundo ocidental ganhou aqui uma abordagem sobre como a apropriação dos costumes entre os séculos XVI e XVIII pela aristocracia de corte acabou por gerar

uma estratificação de classe em que colocou os detentores dos costumes como grupo de hegemonia. Nessa lógica, através de manuais de etiqueta que eram seguidos para a internalização dos hábitos cortesês, por meio de uma externalização mediante o corpo, estruturou-se uma dinâmica civilizatória que passou a se consolidar através dos comportamentos, atitudes, gestos e pensamentos dos indivíduos.

Ao seguir-se a compreensão da estruturação do processo civilizador por meio da visão eliasiana, aproximamo-nos do pensamento de Pierre Bourdieu, o qual nos mostra a incorporação do *habitus* pelos indivíduos no mundo capitalista. Esse gera praticidades que surgem de um duplo processo, ou seja, ao mesmo tempo em que o meio social é estruturado pelas disposições reguladas, ele também as estrutura. A maneira aqui compreendida percebeu a analogia entre os costumes cortesês e os estilos de vida traduzidos como gostos, ou a vontade dos indivíduos em utilizar capitais materiais, simbólicos e culturais.

Por essa contextualização, desenvolvemos a percepção de que o processo civilizador, levando-se em consideração as modificações e manutenções das atitudes tomadas pelos indivíduos no meio social no que tange à adoção de costumes e gostos, engendra

hierarquizações entre as classes devido à apreensão de maneiras específicas de comportar-se. Regras de etiqueta e componentes estéticos fazem parte de um jogo ideológico de manutenção de segmentações sociais que se perpetuam com o passar histórico e que se adaptam ao modo de vida própria a cada época.

Por fim, destacamos elementos consonantes entre Elias e Bourdieu, respeitadas suas peculiaridades teóricas. O ponto forte é colocado na existência de processos estruturados ao mesmo instante em que são estruturantes de modo a legitimar condutas que o legitimem. Elemento central neste foco seria o processo civilizador, que solidificou suas regras em princípios baseados em detalhes e minúcias como o são as regras de etiqueta. Se entendermos que numa era global, praticamente todos os espaços passaram a ser interligados em rede, o processo civilizador talvez possa começar a desenvolver seus novos mecanismos de propagação para poder legitimar-se, implementando novas máscaras para se fazer perceber por meio dos indivíduos corporificados, mas sem deixar de manter a distinção de uns mediante a exclusão de tantos.

CUSTOMS, HABITUS AND
STRATIFICATION: A SOCIO-
HISTORICAL ANALYSIS OF THE

APPROPRIATION OF ELITISTED
BEHAVIORS

ABSTRACT

In this paper, we intend to analyze the behaviors and habits suffered and suffer modifications linked to the concept of civilization proposed by Elias. It will expand the vision of civility of manners through the concept of habitus in Bourdieu to show that the development of ways and bodily mental and emotional conditions are conditioned to a constant struggle involving capital economic and non-economic. Finally, it will draw a connection between the two authors regarding how these standards are addressed label immersed in a dynamics of appropriation of a class that sees itself as elitist over another is not seen as elitist, respected theoretical elements themselves to each author.

KEYWORD: Customs; civilization; habitus; classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007a.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.
- _____. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução, Ruy Jungmann. v 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 2 v.
- _____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução, Pedro Sússekind; Prefácio, Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Introdução à sociologia.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

MARQUI JR., Wanderley. Norbert Elias e Pierre Bourdieu: redimensionando as possibilidades de aproximações teóricas. In.: **Simpósio internacional processo civilizador**, X, 2007. Campinas-SP. Disponível em: Acesso em: 02 set 2012, às 18:00 horas.